

Os eleitores evangélicos são mais conservadores e autoritários?

Gabriel Avila Casalecchi¹
Victor Alberto Bueno Coelho²

Recebido em: 06/01/2024

Aprovado em: 20/02/2024

Resumo: Nas duas últimas eleições presidenciais, em 2018 e 2022, o eleitorado evangélico votou, em sua maioria, para o candidato, Jair Bolsonaro. Muitos autores atribuíram esse padrão à congruência de valores conservadores e autoritários de Bolsonaro e das lideranças evangélicas com as quais ele se aliou. Entretanto, ainda são escassas as pesquisas que analisaram o fenômeno no nível da opinião pública. Os evangélicos são, de fato, mais conservadores e autoritários? A presente pesquisa responde essa pergunta com os dados mais recentes do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2022. Os resultados apontam que os evangélicos são mais conservadores que os católicos, outras religiões e ateus, porém não necessariamente mais autoritários.

Palavras-chave: eleições 2022, conservadorismo, autoritarismo, evangélicos.

¿Son los votantes evangélicos más conservadores y autoritarios?

Resumen: En las dos últimas elecciones presidenciales, en 2018 y 2022, el electorado evangélico votó mayoritariamente por el candidato Jair Bolsonaro. Muchos autores han atribuido este patrón a la congruencia entre los valores conservadores y autoritarios de Bolsonaro y los de los líderes evangélicos con los que se ha aliado. Sin embargo, todavía hay pocas investigaciones que hayan analizado el fenómeno a nivel de opinión pública. ¿Son realmente los evangélicos más conservadores y autoritarios? Esta investigación responde a esa pregunta con los datos más recientes del Estudio Electoral Brasileño 2022. Los resultados muestran que los evangélicos son

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil. E-mail: gacasalecchi@ufscar.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1637-0180>

² Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil. E-mail: victor.coelho@estudante.ufscar.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7840-0675>

más conservadores que los católicos, las otras religiones y los ateos, pero no necesariamente más autoritarios.

Palabras clave: elecciones 2022, conservadurismo, autoritarismo, evangélicos.

Are evangelical voters more conservative and authoritarian?

Abstract: In the last two presidential elections, in 2018 and 2022, the evangelical electorate voted mostly for the candidate, Jair Bolsonaro. Many authors have attributed this pattern to the congruence of Bolsonaro's conservative and authoritarian values and those of the evangelical leaders with whom he has allied himself. However, there is still little research that has analysed the phenomenon at the level of public opinion. Are evangelicals really more conservative and authoritarian? This research answers that question with the most recent data from the 2022 Brazilian Electoral Study. The results show that evangelicals are more conservative than Catholics, other religions and atheists, but not necessarily more authoritarian.

Keywords: 2022 elections, conservatism, authoritarianism, evangelicals.

Introdução

O Brasil sempre foi marcado por uma população religiosa cristã expressiva que, por muito tempo, caracterizou-se por ser hegemonicamente católica. Entretanto, nas últimas décadas, a população cristã brasileira tem se dividido, principalmente, entre católicos e evangélicos. Para efeitos comparativos, no Censo Demográfico do IBGE de 2000, os católicos representavam 73,57% da população, e os evangélicos, 15,4%, enquanto no Censo de 2010, observou-se uma queda entre os católicos, passando a representar 64,6%, e um aumento entre os evangélicos, para 22,2%. Segundo pesquisa recente do DataFolha, os evangélicos já representam 30% da população³.

O crescimento dos evangélicos tem fomentado a proliferação de estudos sobre o tema na Ciência Política. Uma importante vertente desses estudos ressalta a importância dos evangélicos na arena legislativa brasileira (PIERUCCI, 1989; FRESTON, 1993; PRANDI e SANTOS, 2017) e na capacidade das igrejas de mobilizarem seus fiéis politicamente (ORO, 2003; GERARDI, 2016; RODRIGUES-SILVEIRA e CERVI, 2019). Outra se concentra no efeito da religião na formação das atitudes e percepções políticas e na escolha do voto (PIERUCCI e PRANDI, 1995; BOHN, 2004, 2007).

³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>

Mais recentemente, a ascensão e o governo de Bolsonaro, entre 2018 e 2022, renovou o interesse pelo papel da religião e, mais especificamente, a relação entre evangélicos e o voto. Como bem sintetizou Amaral (2020), apesar de ser católico, o alinhamento entre Bolsonaro e políticos pentecostais em torno de pautas “morais” fortaleceu o nome do candidato entre o eleitorado evangélico, principalmente os neopentecostais⁴. A sustentação dessa base evangélica foi corroborada pela pesquisa de Rennó (2022), com dados do survey “A Cara da Democracia”. Nas três ondas da pesquisa (2019, 2021 e 2022), ser evangélico aumentava significativamente as chances de ter votado em Bolsonaro em 2018 e de avaliar bem o seu governo.

O que explica o voto do eleitor evangélico em Bolsonaro? Tanto Amaral (2020) quanto Rennó (2022), assumem que existe um alinhamento deste público com o posicionamento conservador do Presidente, contrário à legalização do aborto, ao casamento civil e a adoção de crianças por casais gays, mas favorável à redução da maioria penal e a criminalização das drogas, por exemplo.

No entanto, além de conservador, Bolsonaro também revelou um lado antidemocrático. Em 2016, por exemplo, ele dedicou seu voto favorável ao impeachment de Dilma Rousseff ao Coronel Carlos Brilhante Ustra⁵, condenado por tortura no período da ditadura militar. Em 2019, já ocupando o cargo de Presidente da República, negou que houve “ditadura” no Brasil e minimizou as mortes do período. Em 2021, fez um discurso enérgico contra o TSE e o STF, dando a entender que não mais obedeceria às decisões do judiciário e conclamou o povo a o apoiar nessa empreitada.

Diante disso, fica a dúvida: o eleitorado evangélico no Brasil é, simplesmente, mais conservador, ou seria, também, mais antidemocrático? A pergunta é relevante, não só para compreender melhor quais características efetivamente atraem esse público ao “bolsonarismo”, mas também porque pode nos orientar sobre sua aderência mais geral à discursos antidemocráticos, de quem quer que seja.

Embora seja “lugar comum” assumir que os evangélicos são mais conservadores, existem poucas pesquisas que quantificam a intensidade desse fenômeno. O mesmo

⁴ Com dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018, Amaral (2020) encontrou que eleitores neopentecostais tinham até duas vezes mais chances de votar em Bolsonaro no segundo turno quando comparados a eleitores católicos.

⁵<https://memoria.ebc.com.br/noticias/2016/04/saiba-quem-e-o-coronel-ustra-homenageado-pelo-deputado-jair-bolsonaro-em-votacao-do>

pode ser dito à ideia, mais ou menos difundida, de que eles também são mais antidemocráticos. Por fim, ainda mais raras são as pesquisas que levam em consideração a grande diversidade denominacional que marca a religião evangélica.

Esse artigo pretende suprir essas lacunas, investigando, com dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022, se, e quanto, os eleitores evangélicos, em suas diferentes denominações, são mais conservadores e autoritários no Brasil.

Conservadorismo e autoritarismo: uma distinção

Do ponto de vista teórico, é importante começar distinguindo “conservadorismo” de “antidemocratismo”. Ambos os conceitos têm uma longa tradição na Ciência Política, entretanto, aqui serão tomados de forma assumidamente simplificada com o objetivo de servir ao nosso argumento mais geral. Nesse sentido, conservadorismo pode ser definido, de forma ampla, como um estado psicológico de “resistência sistemática às mudanças” (HUNTINGTON, 1957) que são requisitadas, normalmente, pelas esferas até então marginalizadas da sociedade. Essas demandas, colocadas como “pautas” pelos setores mais progressistas podem variar dependendo do período e do contexto de cada sociedade. Ao traçar uma genealogia do conservadorismo no Brasil, Lacerda (2020) identifica bandeiras ligadas ao anticomunismo, nacionalismo, segurança pública com punições mais duras, livre mercado e meritocracia, e, principalmente, a defesa da família tradicional e da moral religiosa (como reação ao feminismo e ao movimento LGBTQIA+).

O antidemocratismo, por sua vez, será definido aqui na linha proposta por Almond e Verba (1964), como uma atitude mais específica de aversão ao sistema político. Ou seja, trata-se de um questionamento da forma – as “regras do jogo” – e não dos conteúdos nela inseridos. No contexto brasileiro, de uma democracia liberal e representativa, isso se verifica quando um indivíduo admite, por exemplo, que um regime autoritário pode ser preferível ao democrático; um caso explícito de não adesão ao regime. Ou, de forma mais sutil, quando aceita que em situações de crise econômica, social e política, um golpe militar passa ser justificável (MOISÉS, 2008; CASALECCHI, 2018).

Definidos dessa maneira, não há uma conexão automática entre ser conservador e antidemocrático, embora possa existir algum nível de correlação. Um indivíduo pode

assumir uma posição conservadora em relação aos “temas” que permeiam o debate público sem confrontar, necessariamente, o regime democrático. O contrário também é possível: uma pessoa pode aderir à regimes autoritários, a fim de impor suas próprias ideias, ainda que elas sejam, em termos de conteúdo, progressistas.

Essa distinção é relevante porque Bolsonaro conjuga as duas dimensões, tanto a conservadora, quanto a antidemocrática. Por um raciocínio estendido, poderíamos supor que o mesmo acontece com os evangélicos, afinal, eles votaram em peso no ex-Presidente. Nossa proposta é testar empiricamente se isso, de fato, acontece.

Conservadorismo e antidemocracia entre evangélicos

A associação entre os evangélicos e o conservadorismo não é nova e perpassa por diferentes áreas de pesquisa. Pierucci (1989), por exemplo, ao estudar a gênese da banca evangélica na Assembleia Nacional Constituinte de 1986, argumentou que ela possuía uma característica peculiar: não era nem política, nem ideologicamente homogênea, mas, de forma geral, era conservadora. Ela se considerava uma espécie de “guardiã” da moralidade familiar e social no Brasil, frente à uma agenda liberal e progressista que se desenhava em torno de temas como a união homoafetiva, educação sexual, liberalização do aborto, uso de drogas, entre outros essencialmente “morais”.

No campo eleitoral e das elites políticas, Pierucci e Mariano (1992) demonstraram que as lideranças evangélicas apoiaram massivamente a candidatura de Fernando Collor nas eleições de 1989, motivados, principalmente, pelo receio da implementação de um “comunismo ateu”, numa eventual vitória da esquerda, com Lula. Em trabalho posterior, Pierucci e Prandi (1995) reforçaram o diagnóstico de rechaço evangélico à figura de Lula, agora com dados de *survey*, ao demonstrar que este foi o grupo religioso que mais rejeitou o candidato petista em 1994.

Também com dados de *survey*, Bohn (2004, p. 313) demonstrou que os evangélicos se destacavam dos demais grupos ao se posicionarem contra o aborto: “os evangélicos, de fato, são os mais tradicionalistas no que diz respeito a esse tema, mas é fundamental perceber, no entanto, que a postura antiaborto é comum a todos os segmentos religiosos”. Por outro lado, ela não encontrou qualquer relação entre os evangélicos e atitudes relacionadas ao campo político-econômico, como, por exemplo, o apoio ao direito de greve contra o governo ou ao papel social do Estado.

Em pesquisa posterior, Bohn (2006) analisou, com dados do ESEB 2002 e 2006, a postura dos evangélicos em relação à democracia, encontrando que eram: “o segmento religioso que mais se mostra insatisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil como também são os mais indiferentes à democracia e os que mais acreditam que, em algumas situações, regimes autoritários são melhores do que democracias”. Ela conclui o artigo dizendo que esse era um resultado preocupante “uma vez que, conforme apontado pela literatura, há uma tendência de crescimento desse segmento no país. Estudos adicionais são necessários a esse respeito” (Bohn, 2006, p. 381).

Com base nesses trabalhos, acreditamos ser importante analisar até que ponto os evangélicos são, de fato, um grupo conservador e autoritário. Esse diagnóstico é particularmente importante em um contexto no qual a base eleitoral de candidatos de extrema-direita parece se formar justamente em tornos dos evangélicos no Brasil.

A pluralidade das filiações religiosas no Brasil

De forma geral, os evangélicos são tratados nas pesquisas de comportamento político como grupos homogêneos. Entretanto, a literatura sobre religião no Brasil aponta que eles são um grupo bastante pulverizado. Segundo Freston (1993, p. 36), “rompendo com a unidade em torno do Bispo de Roma, o protestantismo estabeleceu a Bíblia como instância máxima. Essa estrutura deu ao protestantismo uma alta propensão ao cisma”. Em sua tese de doutoramento, Freston (1993), ao analisar a presença evangélica na política, desenvolveu uma tipologia de protestantes no Brasil, passando por algumas tipologias já existentes, como a de D’Epinay (1975), CEDI (1992), Mendonça (1989) e a de Brandão (1986). Primeiro, o autor passa pelo protestantismo histórico, discriminando-o entre protestantismo histórico de imigração e protestantismo histórico de missão. O primeiro tem como principal referência os luteranos, que representam o grupo protestante mais antigo no Brasil, tendo chegado ao Brasil com os imigrantes. Estes imigraram por questões socioeconômicas, foram marginalizados culturalmente e, salvo exceções, não dispunham de um pastor (FRESTON, 1993, p. 42). O protestantismo histórico de missão, por sua vez, é o resultado de esforços missionários de converter os nativos, não tendo, nesse caso, um caráter étnico, como é o caso dos luteranos. São do tipo denominação, demonstram menor rigor ascético que os pentecostais e atingem classes sociais mais abastadas que os

pentecostais. Os principais representantes desse segmento são os presbiterianos, batistas e metodistas.

Os pentecostais, por suas particularidades, merecem atenção especial. Ainda que a propensão ao cisma seja uma característica do protestantismo, essa característica é ainda mais marcante entre os pentecostais. Assim, Freston (1993, 64-112) propõe entender o pentecostalismo no Brasil através de três ondas. A primeira onda remonta ao início do século XX, e responde a um movimento global de expansão do pentecostalismo, movimento que surgiu nos Estados Unidos na mesma época, cujas principais características era uma tentativa de retorno a um cristianismo primitivo, marcado por manifestações sobrenaturais como o falar em línguas estranhas (glossolalia) e um significativo ascetismo, marcado pela rejeição às coisas “do mundo”. O primeiro grupo a chegar ao Brasil foi a Congregação Cristã do Brasil, em 1910. Um ano depois foi a vez da Assembleia de Deus chegar ao Brasil, concentrando-se na região Norte.

A segunda onda pentecostal no Brasil ocorre entre os anos 1950 e 1960. As principais igrejas dessa segunda onda são a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), O Brasil Para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). Uma outra igreja que resultou da Cruzada Nacional de Evangelização foi O Brasil Para Cristo, fundada por um operário nordestino radicado em São Paulo. Por fim, a Igreja Deus é Amor, fechando a segunda onda do pentecostalismo, destoa das duas anteriores por se mostrar fortemente sectária e legalista, com regras rigorosas quanto ao comportamento de seus membros.

Por fim, a terceira onda pentecostal ocorre entre as décadas de 1970 e 1980, num contexto de inchamento urbano, aprofundamento da industrialização, comunicação de massas e estagnação econômica, além de crise na Igreja Católica e crescimento da umbanda (FRESTON, 1993, p. 95). As principais igrejas dessa terceira onda são a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Internacional da Graça de Deus. Essas igrejas maximizam práticas já encontradas na segunda onda, como a comunicação por rádio e TV, aperfeiçoando-as, e introduzem novos elementos, como a Teologia da Prosperidade, que foca na ascensão social dos fiéis, especialmente em deixar a condição de trabalhadores para tornarem-se patrões, empreendedores (FRESTON, 1993).

A partir da contribuição de Freston (1993) seria possível considerar os evangélicos, ao menos, em quatro grandes grupos: 1) protestantes históricos, 2)

batistas, 3) pentecostais e 4) neopentecostais. Entretanto, devido ao baixo N desses grupos, foi impossível categorizá-los dessa forma. Nossa opção foi, então, juntar os protestantes históricos aos batistas e os pentecostais ao neopentecostais.

Metodologia

Para responder as perguntas da pesquisa utilizamos os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022. O ESEB é o principal *survey* pós-eleitoral do Brasil, aplicado desde 2002. Trata-se de um *survey* representativo do eleitorado brasileiro, cuja amostra ocorre em três etapas: 1) amostragem de probabilidade proporcional ao tamanho – PPT; 2) seleção de setores censitários; 3) seleção dos respondentes de acordo com cotas de sexo, idade, escolaridade, ramo de atividade, número de banheiros no domicílio (proporcionalmente aos dados observados no IBGE, PNAD e TSE). Em 2022, foram entrevistados 2.001 eleitores entre os dias 19 de novembro e 4 de dezembro. A margem de erro é de 2% dentro de um intervalo de confiança de 95%.

A variável independente de interesse da pesquisa é a filiação religiosa. Para construí-la utilizamos duas perguntas. Em primeiro lugar, foi perguntado: *“Por favor, me indique qual dessas é a sua religião. Caso não encontre na lista, pode me falar diretamente qual é a sua religião”*. Em seguida, para aqueles que selecionaram a religião *“evangélica”*, foi feita uma questão complementar: *“Qual igreja evangélica o Sr./Sra. frequenta?”*. Com base nessas duas perguntas criamos uma variável categórica, com as seguintes categorias: (0) católico, (1) evangélico histórico, (3) evangélico pentecostal (e neopentecostal), (4) outras religiões / sem nenhuma religião). As igrejas evangélicas que não conseguimos classificar entre *“históricas”* e *“pentecostais”* foram excluídas da amostra (ao todo, 168 casos foram excluídos por esse motivo).

A separação entre igrejas evangélicas históricas e pentecostais/neopentecostais foi feita com base na discussão da seção anterior. Para exemplificar, seguem as principais igrejas que foram classificadas como *“históricas”* e *“pentecostais”*:

QUADRO 1. Igrejas classificadas em evangélicas históricas e pentecostais

| Igrejas históricas | Igrejas pentecostais |
|---|---|
| Batista, Betel-Batista, Presbiteriana, Luterana, Metodista, Adventista. | Assembleia de Deus, Bola de Neve, Brasil para Cristo, Comunidade Cristã, Congregação Cristã do Brasil, Deus é amor, Evangelho Quadrangular, Igreja Internacional da Graça, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja de Deus, Renascer em Cristo, Saara Nossa Terra, Igreja Universal do Reino de Deus. |

Os dados da variável podem ser observados na Tabela 1. Assim com o IBGE, os católicos são o grupo majoritário, com 53,6%. Os evangélicos somados totalizam 26% dos eleitores, sendo uma minoria de evangélicos históricos (6,1%) e uma maioria de pentecostais (19,8%). Por fim, outras religiões (espiritas, religiões de matrizes africanas, asiáticas, entre outras) e sem religião somam 20,5% dos eleitores.

TABELA 1. Filiação religiosa dos eleitores brasileiros, 2022

| Filiação religiosa | % |
|---------------------------------|----------|
| Católicos | 53,6% |
| Evangélicos históricos | 6,1% |
| Evangélicos pentecostais | 19,8% |
| Outras religiões / Sem religião | 20,5% |
| Número de observações | 1.833 |

Fonte: Autores, a partir do ESEB 2022.

Em relação às variáveis dependentes, construímos três variáveis relativas ao conservadorismo e outras três quanto ao autoritarismo. Tendo como norteador o trabalho de Lacerda (2020), optamos por três variáveis disponíveis no ESEB que refletem atitudes ligadas à: segurança, à vida / direito das mulheres e sexualidade. Todas as perguntas parte do mesmo enunciado: “agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. Gostaria de saber se o(a) sr.(a) é a favor ou contra”.

Os próximos enunciados destacam os temas que os entrevistados devem avaliar. São eles: 1) “a redução da maioria penal” (segurança), 2) “a adoção de criança por um casal gay” (sexualidade) e 3) “a legalização do aborto” (direito à vida / mulheres).

Para os indicadores de atitudes democráticas, replicamos a variável de compromisso democrático discutida por Casalecchi (2018) e duas variáveis de apoio à princípios democráticos, trabalhadas por Fuks, Casalecchi, David e Gonçalves (2016) e, em trabalho posterior, por Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2018).

De acordo com Casalecchi (2018) é preciso distinguir a adesão à democracia do rechaço à golpes militares. O argumento para essa distinção é que os eleitores são, em geral, ambivalente, de forma que muitos daqueles que se dizem democratas não descartam alternativas autoritárias quando apresentadas (Moisés, 2008).

Para medir a adesão à democracia utilizamos a seguinte pergunta: “a democracia é sempre e sob quaisquer circunstâncias preferível a qualquer outra forma de governo”. Nesse caso, no entanto, as opções de respostas variavam entre concorda muito, concorda, discorda e discorda muito. Consideramos como “democrata”, assumindo um critério forte, apenas aquele que respondeu que “concorda muito” com a frase.

O rechaço a golpes militares foi construído a partir de uma bateria de três perguntas. O enunciado geral é: “*algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os Militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, em quais Das circunstâncias que eu vou mencionar se justificaria um golpe militar*”; com apenas duas respostas: “*seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado; ou não se justificaria que os militares tomassem o poder por um golpe de estado*”. As perguntas específicas eram: “quando há muito crime”, “diante de muita corrupção” e “quando o país se encontra diante de instabilidade política”.

Para a variável, consideramos apenas aqueles que respondem negativamente para todas as três situações questionadas. Ou seja, apenas quem discorda da possibilidade de um golpe em qualquer situação elaborada é o que rejeita golpes autoritários.

Por fim, a variável de compromisso democrático é um somatório de quem adere à democracia e, ao mesmo tempo, rejeita um golpe autoritário. Essa seria a variável

“forte” para medir não apenas à simples adesão ao regime, nem somente a discordância de golpes, mas, de forma coerente, as duas em conjunto (Casalecchi, 2018).

Pela Tabela 2, fica claro que nem todos os que aderem fortemente à democracia (53,5%) rejeitam golpes militares (36,7%). Quando avançamos para o compromisso democrático o percentual é de apenas 23,2%. Ou seja, pouco mais de 1 a cada 5 brasileiros prefere o regime democrático ao mesmo tempo que rejeita um golpe militar dentre todas as suas possibilidades (crime, corrupção e instabilidade política). Trata-se de um percentual que, por si só, já é relevante: a maioria dos brasileiros, independentemente da religião, não têm um compromisso com o regime democrático.

TABELA 2. Atitudes democráticas dos eleitores brasileiros, 2022

| Atitudes | % (N) |
|----------------------------|---------------|
| Adesão forte à democracia | 53,5% (1.898) |
| Rechaço a golpes militares | 36,7% (1.796) |
| Compromisso democrático | 23,2% (1.733) |

Fonte: Autores, a partir do ESEB 2022.

Além da variável de compromisso democrático também testamos a adesão de outros dois princípios democráticos: o apoio à separação dos poderes e o apoio ao Estado de direito. Segundo Fuks et. al. (2016), é preciso considerar que existe um forte viés de desejabilidade social nas respostas associadas à palavra “democracia”. Além disso, o termo “democracia” tem múltiplos sentidos para o eleitor. Por essa razão, uma forma de medir a adesão não é pela pergunta direta, mas sim por perguntas indiretas, que envolvem diferentes princípios da democracia. Na pesquisa do ESEB, duas perguntas refletem dois desses princípios. O enunciado geral das duas perguntas são: “Por favor, agora diga se o sr. (a) concorda muito, concorda um pouco, nem concorda nem discorda, discorda um pouco ou discorda muito de cada uma das Afirmativas seguintes”. Os enunciados específicos são: “os tribunais de justiça devem ser capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade” e “ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras”. As respostas possíveis são: concorda muito, concorda, discorda e discorda muito. Para manter o padrão da variável adesão à democracia, decidimos considerar como “democratas” apenas os que

“concordam totalmente”, representando, assim, o apoio à separação dos poderes e o Estado de direito.

Pelos dados da Tabela 3, nota-se que uma minoria da população apoia “fortemente” o papel do judiciário em coibir abusos do governo. Por outro lado, a população se divide quanto apoiar um líder forte, mesmo que para isso ele possa não cumprir as regras, ou seja, passando por cima do Estado de direito.

TABELA 3. Atitudes democráticas dos eleitores brasileiros, 2022

| Atitudes | % (N) |
|-------------------------------|---------------|
| Apoio à separação dos poderes | 35,7% (1.894) |
| Apoio ao Estado de direito | 49,7% (1.953) |

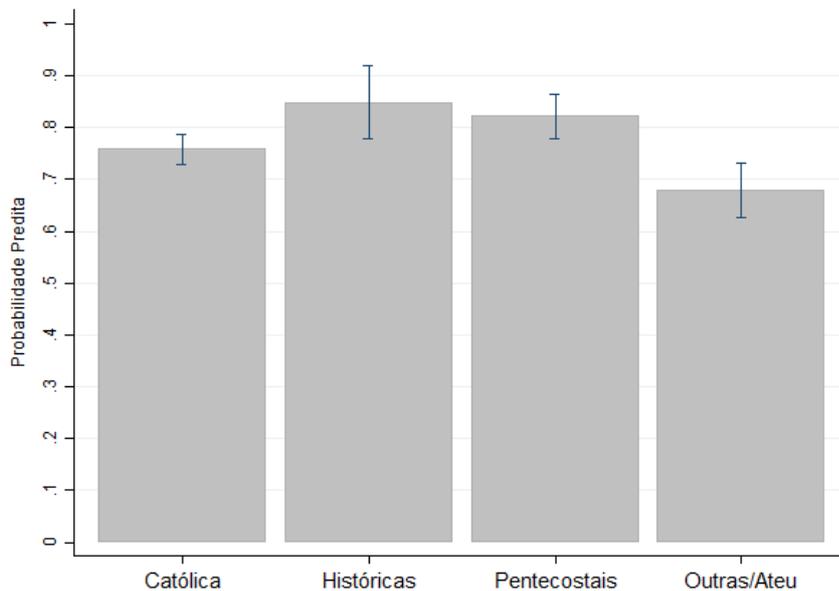
Fonte: Autores, a partir do ESEB 2022.

Resultados e discussão

Todas as análises foram baseadas em modelos de regressão logística, cujos resultados foram transformados em gráficos de valores preditos, para facilitar a visualização e interpretação dos resultados (KING, TOMZ e WITTENBERG, 2000). Os modelos, além da religião, que é nossa variável independente de interesse, também foram controlados por: sexo, faixa etária, faixa de renda, escolaridade e raça.

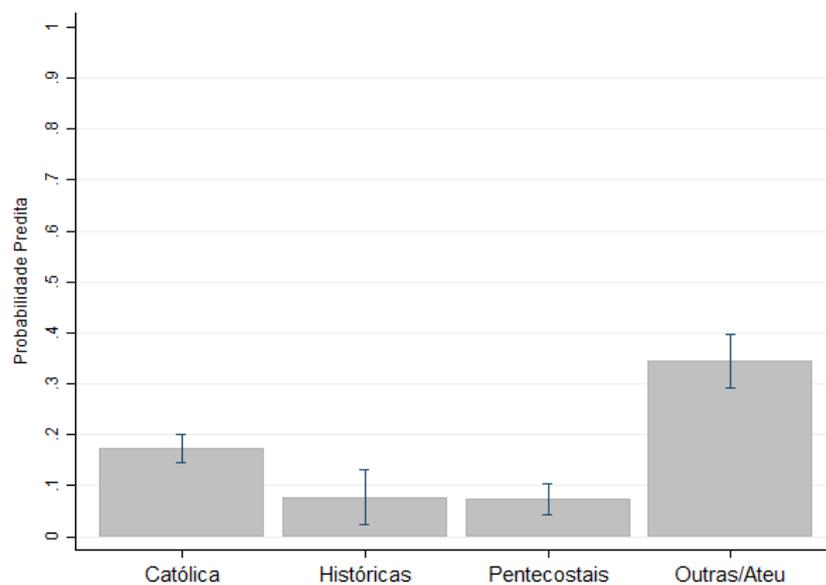
As Figuras 1, 2 e 3 são apresentadas na sequência, pois seguem um padrão muito semelhante: os evangélicos se distinguem como os mais conservadores, quando comparados aos católicos e outras religiões / ateus. Além disso, é importante observar que os evangélicos históricos e pentecostais não se diferenciam nessas questões. Ou seja, mesmo com todas as diferenças históricas, eclesiais e confessionais, os evangélicos são homogêneos no que diz respeito aos valores conservadores contra o aborto, a adoção de crianças por casais homossexuais e a favor da redução da maioria penal.

FIGURA 1. Efeito da religião sobre apoiar a redução da maioria penal.



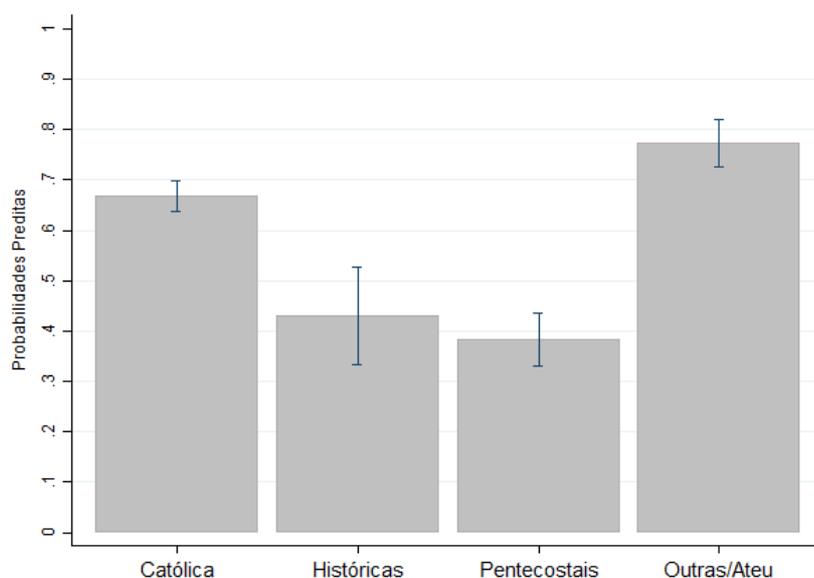
Fonte: Autores, a partir do ESEB 2022

FIGURA 2. Efeito da religião sobre apoiar a legalização do aborto



Fonte: Autores, a partir do ESEB 2022

FIGURA 3. Efeito da religião sobre apoiar a adoção de crianças por um casal gay

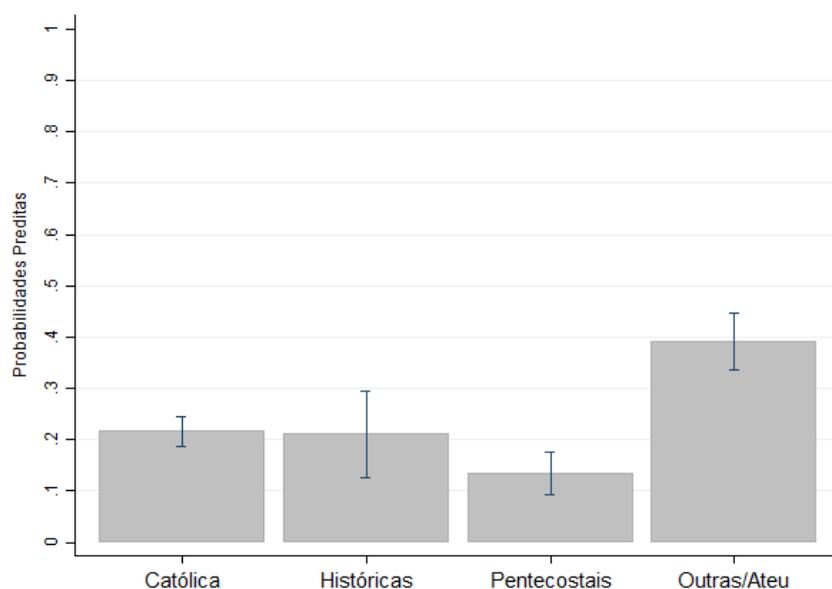


Fonte: Autores, a partir do ESEB 2022

Vale observar que apesar dos evangélicos se destacarem como mais conservadores, os brasileiros, em sua maioria, são favoráveis a redução da maioria penal. Por outro lado, uma minoria apoia a legalização do aborto. Já o tema da adoção de crianças por casais homossexuais é quem mais divide o eleitorado, embora a maioria, em média, seja a favor. Ou seja, em geral, predomina o apoio à agenda conservadoras para essas questões, com destaque para os membros de igreja evangélica.

As Figuras 4, 5 e 6 apresentam um padrão diferente do conservadorismo. Ao analisarmos o efeito da religião sobre o compromisso democráticos, ou seja, sobre aqueles que aderem à democracia e, ao mesmo tempo, rejeitam golpes militares, o resultado mais evidente é que indivíduos filiados a outras religiões / ateus são significativamente ($p > 0,01$) mais democráticos do que católicos ou evangélicos. Por outro lado, enquanto católicos e evangélicos históricos praticamente não se distinguem, os evangélicos pentecostais são levemente mais autoritários que eles ($p > 0,05$).

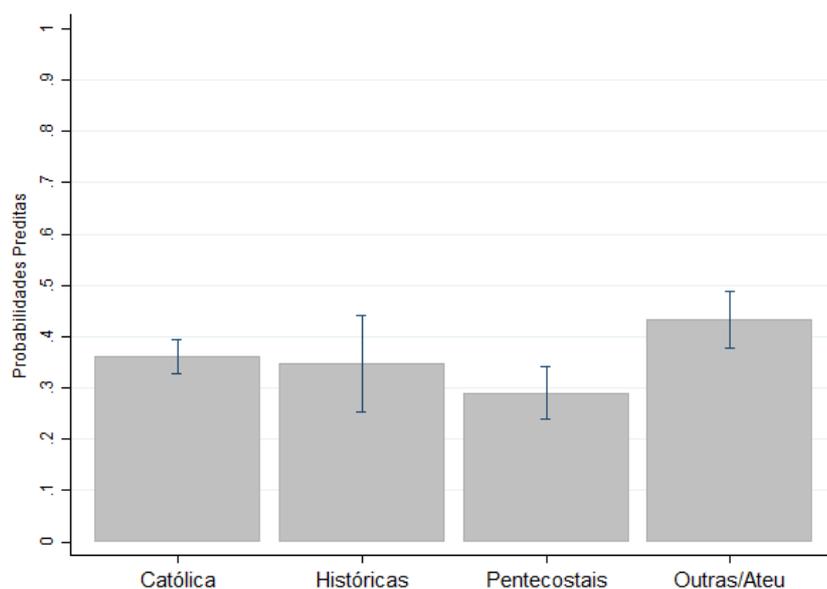
FIGURA 4 - Efeito da religião sobre o compromisso democrático



Fonte: Autores, a partir do ESEB 2022

O padrão acima é repetido na Figura 5, que analisa o apoio à separação dos poderes, mais especificamente o apoio à prerrogativa do poder judiciário de impedir um governo de agir além da sua autoridade. Novamente o que se destaca é o padrão de maior adesão de outras / não religiosos e de menor adesão dos pentecostais, embora esta última esteja no limia da significância estatística ($p < 0,10$).

FIGURA 5 - Efeito da religião sobre o apoio à separação dos poderes

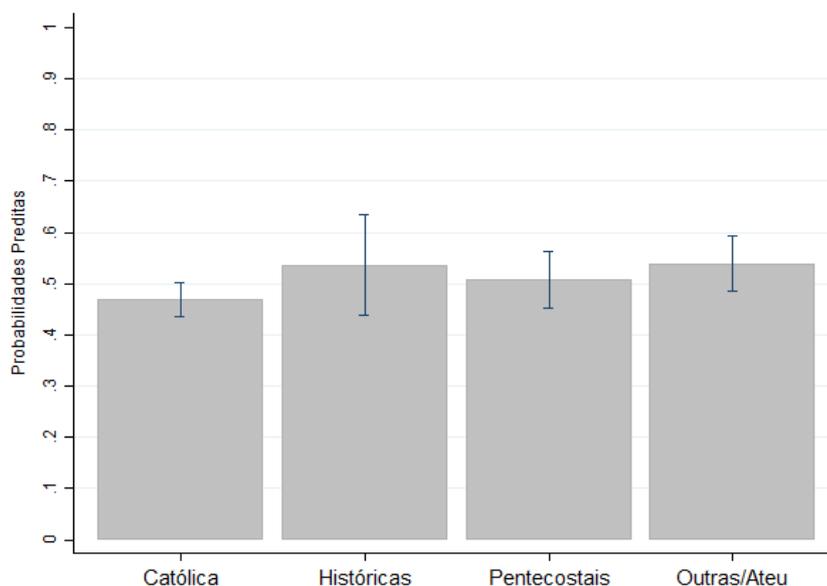


Fonte: Autores, a partir do ESEB 2022

Por fim, a Figura 6, que testa o efeito da religião sobre o apoio ao Estado de Direito, demonstra que não há distinção entre evangélicos históricos e católicos, nem entre evangélicos históricos e pentecostais. Entretanto, quando comparamos católicos e pentecostais, encontramos uma diferença significativa, com estes últimos aderindo menos à esse princípio democrático. Novamente, e confirmando um padrão mais geral, os que pertencem a outras religiões ou são ateus são menos autoritários.

Em seu conjunto, esses resultados permitem algumas considerações. Em primeiro lugar, fica claro que os evangélicos são consistentemente mais conservadores do que católicos e membros de outras religiões / ateus. Esse padrão é observado em todas as perguntas relacionadas a pautas progressistas: redução da maioria penal, legalização do aborto e adoção de crianças por um casal homossexual. Vale destacar que nessa esfera, evangélicos históricos e pentecostais não se diferenciam, sendo igualmente defensores de uma pauta moral mais conservadora. Essa é uma das razões que ajudam a compreender a forte composição de evangélicos na base eleitoral de Bolsonaro, afinal, ambos compartilham de uma mesma agenda conservadora.

FIGURA 6 - Efeito da religião sobre o apoio ao Estado de Direito



Fonte: Autores, a partir do ESEB 2022

O padrão de atitudes autoritárias é diferente. Por exemplo, a diferença entre católicos e evangélicos é bem menos marcante, especialmente quando se compara católicos com evangélicos históricos. Embora sutil, a diferença mais relevante é que os evangélicos pentecostais têm menor compromisso democrático e apoio à separação dos poderes do que todas as demais categorias, inclusive evangélicos históricos.

Quanto a esse último ponto, vale notar que os evangélicos históricos são tão conservadores quanto os pentecostais, porém não tão autoritários quanto eles. Isso apoia a importância de separar conservadorismo e autoritarismo, conforme argumentamos na seção teórica. Parte do segmento evangélico concorda com pautas conservadoras, mas, nem por isso, concorda com medidas autoritárias / antidemocráticas.

Considerações Finais

A presente pesquisa buscou investigar se os evangélicos são, de fato, mais conservadores e autoritários, atributos que, segundo estudiosos, poderiam ter influenciado sua escolha de votar em Bolsonaro tanto em 2018 quanto 2022. A análise dos dados do ESEB revelou que, de fato, os evangélicos apresentam um perfil mais conservador em comparação com os católicos e membros de outras religiões ou ateus nas eleições de 2022. Porém, não identificamos distinções significativas entre evangélicos históricos e pentecostais, pelo menos no que diz respeito ao conservadorismo.

Ao analisar as atitudes democráticas os resultados são levemente diferentes. Nesse caso, evangélicos históricos e pentecostais se diferenciam na medida em que esses últimos têm menor compromisso com a democracia e com o princípio da separação dos poderes. Aqui também a diferença entre católicos e evangélicos é menor, especialmente na comparação entre católicos e evangélicos históricos. Por fim, membros de outras religiões e ateus são menos autoritários que católicos e evangélicos.

Consideramos que esse é um avanço no sentido de qualificar a relação entre evangélicos e atitudes políticas e, conseqüentemente, possíveis explicações a respeito do voto entre esse eleitorado. Dado que os evangélicos ainda são o grupo religioso que mais cresce no Brasil, é cada vez mais importante conhecê-los para, dessa forma, realizar algum tipo de prognóstico em relação às eleições futuras.

É difícil determinar a direção causal entre esses fatores, isto é: se os eleitores escolheram Bolsonaro porque são mais conservadores ou se, ao se identificarem com Bolsonaro, tornaram-se mais conservadores na medida em que seguem os “atalhos” deixados pela sua liderança. Embora seja intuitivo pensar que os eleitores se aproximam dos candidatos por causa das suas atitudes prévias, Russo, Pimento Júnior e Avelino (2022) demonstraram, por meio de experimentos em *survey*, que a direção contrária também é factível, com eleitores ajustando suas preferências às de Bolsonaro.

Estudos posteriores são necessários para complementar e sofisticar os resultados aqui apresentados. Por exemplo, é necessário entender as diferentes “etapas” que ligam: a religião, as atitudes e o voto. Nesse caso, poderiam ser utilizados, por exemplo, modelos de equações estruturais, para analisar os efeitos diretos, indiretos e totais da variável religião. Outro ponto a ser qualificado é o padrão de votação dos evangélicos ao longo do tempo. Nesse caso, seria muito bem vindo um estudo como esse, mas que abarcasse outras eleições. Por fim, cabe registrar que pelo número de observações reduzido, não foi possível aprofundar a distinção de categorias entre os evangélicos. Entretanto, elas fazem sentido tanto do ponto de vista histórico quanto eclesial. Ou seja, ainda está em aberto se o evangélico se comporta, de fato, de forma homogênea, ou se haveria, como defende Freston (1993), uma forte “pulverização” dentro desse grupo.

Referências

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1964].

BOHN, Simone. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. Opinião Pública, Campinas, Vol. X, no 2, Outubro, 2004, p. 288-338. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22020.pdf>>.

BOHN, S. R.. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). Opinião Pública, v. 13, n. 2, p. 366–387, nov. 2007.

BRANDÃO, C. R. Os deuses do povo . 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CASALECCHI, G. Legado democrático e apoio à democracia na América Latina: evidências e mecanismos explicativos. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI). Alternativa dos desesperados: como se pode ler o pentecostalismo autônomo. Rio de Janeiro, 1992.

D’EPINAY, Christian. Religion, dynamique sociale et dépendance: les mouvements protestants en Argentine et au Chili. Paris, Mouton, 1975.

FRESTON, Paul. Protestantismo e política no Brasil: da constituinte ao impeachment. 1993. 307f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279821>>.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; GONÇALVES, G. Q.; DAVID, F. F. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros?. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S. l.], n. 19, p. 199–219, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2366>.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; RIBEIRO, E. A.. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 28, p. 7–32, jan. 2019.

GERARDI, D. Parlamentares evangélicos no Brasil: Perfil de candidatos e eleitos a deputado federal (1998–2014). *Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, v. 3, n. 14, p. 1–18, 2016.

HUNTINGTON, S. P.. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Harvard University Press, 1957.

KING, G; TOMZ, Michael; WITTENBERG, Jason. Making the Most of Statistical Analyses: Improving Interpretation and Presentation. *American Journal of Political Science*, Vol. 44, No. 2, April 2000, Pp. 341–355.

MARIANO, R e PIERUCCI, A F O. Envolvimento dos pentecostais na eleição de collar. *Novos Estudos Cebrap*, v. no 1992, n. 34, p. 92-106, 1992.

MENDONÇA, Antônio. Um Panorama do Protestantismo Brasileiro Atual. In: LANDIM, Leilah (Org.) *Sinais dos Tempos: Tradições Religiosas no Brasil*, Cadernos do ISER 22, Rio de Janeiro, ISER, 1989.

MOISÉS, J. Á.. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11–43, fev. 2008.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, v. 11, p. 104-132, 1989.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. *Opinião Pública*, Campinas, v. 3, n. 1, p. 32-63, 1995.

PRANDI, R; SANTOS, R. “Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica”. *Tempo Social*, v. 29, n. 2, p. 187–214, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>.

RUSSO, G. A.; PIMENTEL JUNIOR, J.; AVELINO, G.. O crescimento da direita e o voto em Bolsonaro: causalidade reversa?. *Opinião Pública*, v. 28, n. 3, p. 594–614, set. 2022.

RENNÓ, L.. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 106, p. 147–163, set. 2022.

RODRIGUES-SILVEIRA, R.; CERVI, E.U. Evangélicos e voto legislativo: Diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil. *Latin American Research Review*, 2019.